



## **Resposta à interpelação escrita apresentada por José Pereira**

### **Coutinho, Deputado da Assembleia Legislativa**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e tendo em consideração os pareceres do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças e do Instituto de Habitação, apresento a seguinte resposta ao pedido relativo a fornecimento de dados do Deputado José Pereira Coutinho, de 4 de Julho de 2014, enviado a coberto do ofício n° 612/E503/V/GPAL/2014, da Assembleia Legislativa e recebido pelo Gabinete do Chefe do Executivo a 10 de Julho de 2014:

1. “Habitação para todos, bem-estar para todos” é o objectivo principal da política de habitação do Governo da RAEM. O Governo tem cumprido o conceito nuclear de acção governativa, “ter por base a população”, e tem vindo a promover, passo a passo, o desenvolvimento de habitação pública, e realizar, de forma acelerada, a construção de habitação pública. Foram lançadas, completamente, as obras de Edifício do Bairro da Ilha Verde, Edifício Fai Ieng, Edifício Cheng Tou, Edifício Iat Fai e Empreendimento da Habitação Pública na Estrada Nordeste da Taipa. Reservar-se-ão terrenos, situados em redor do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, para uso de construir cerca de 1400 fracções de habitação pública.

Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM está a lançar, à ordem, o planeamento para a habitação pública a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, o mesmo divulgou, há dias, que iria planear 4400 fracções de habitação pública, que envolve sete parcelas de terrenos. As quatro parcelas que podem ser desenvolvidas no curto prazo, localizam-se nas zonas da Doca Lam Mau e do centro da Taipa e, assim, avaliou, de forma preliminar, que as quatro referidas poderiam ser construídas mais de 400 fracções, estando a proceder ao respectivo trabalho de pré-planeamento; outras duas situam-se na sede da central térmica da Rua dos Pescadores e o auto-silo ao leste da Piscina Olímpica da Rua do Desporto da Taipa, que pretendem oferecer mais de 2000 fracções; uma parcela que se localiza na Taipa, pretende construir 2000 fracções. No entanto, as últimas três apenas podem ser desenvolvidas depois de concluir os respectivos processos jurídicos e trabalhos de preparação.



No que diz respeito ao planeamento a longo prazo, o Governo já decidiu reservar terrenos nas zonas urbanísticas de novos aterros para desenvolver a habitação pública e divulgou que a finalidade de utilização da zona A iria ser usada principalmente para a criação de habitação pública. Esta zona pretende construir cerca de 28.000 fracções de habitação pública e iniciar, o mais rápido possível, no final do ano de 2019, a aceitação de inscrição de fracções do 1º lote de habitação pública. Além disso, todos os terrenos abandonados que entram no processo de caducada são considerados, prioritariamente, para uso da criação de habitação pública após a conclusão de respectivos procedimentos. No que diz respeito ao Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau que teve a sua consulta pública finalizada, permite aos residentes de Macau meios diversificados e complementares da aquisição de imóveis, para além dos prédios privados e actual habitação pública. Ao mesmo tempo, o Governo dedica-se à revitalização dos bairros antigos para melhorar o ambiente do domicílio e promover a cooperação das regiões para proporcionar os cidadãos mais escolhas de casa. O Governo Central iniciou o estudo para nomear as tradicionais áreas marítimas sob a jurisdição do Governo da RAEM, para efeitos de alargar os espaços de desenvolvimento no Território.

2. Face ao número de lojas existentes no Mercado Abastecedor que oferecem diferentes tipos de produtos alimentares, várias são as lojas para a venda a retalho, sendo, por isso, de crer que tal não origine situações de monopólio. Apenas a actual restrição que se sente a nível do espaço, que condiciona e, naturalmente, não favorece a adesão de novos exploradores, dificulta a extensão da concorrência do mercado, não sendo capaz de acompanhar as necessidades do rápido desenvolvimento económico. Assim, o Governo da RAEM previu, nas Linhas de Acção Governativa de 2012, a questão de transferir o Mercado Abastecedor para o parque de Macau no Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau. Este projecto constitui, de acordo com o “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, que procura conjugar as necessidades das novas transformações do desenvolvimento económico de Macau e Zhuhai, um dos projectos de trabalho em que ambas as partes, Guangdong e Macau, se empenham em implementar, com vista à transformação do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau e em desenvolver, em conjunto, como forma de criar



uma via nova de progresso entre Guangdong e Macau. Aproveitando a oportunidade desta mudança para um novo Mercado Abastecedor, será celebrado um novo contrato e há em vista introduzir um novo modelo de gestão e de supervisão mais adequado ao desenvolvimento social, de modo a garantir um ambiente de concorrência justo e positivo de exploração no mercado.

Tendo em consideração a protecção dos direitos e interesses dos consumidores, o Governo procura reforçar o auxílio prestado aos consumidores, quer dando-lhes a conhecer as diferenças dos preços praticados sobre produtos alimentares no mercado, quer elevando, plenamente, o grau de transparência dos preços e das informações do mercado. Além disso, o grupo de trabalho jurídico, que se responsabiliza pela análise à defesa dos direitos e interesses do consumidor, elaborou o texto de consulta sobre a “Revisão do Regime Jurídico da Defesa dos Direitos e Interesses do Consumidor”. Teve início, no dia 12 de Junho, a consulta pública de dois meses para a recolha de opiniões e sugestões das diversas camadas sociais, no intuito de alterar e aperfeiçoar a respectiva legislação.

3. Relativamente às questões sobre a continuação da realização do Plano de Participação Pecuniária e o ajustamento do seu valor no próximo ano, o Governo da RAEM, como os anos anteriores, elaborará, de acordo com os estados financeiros e cívicos da RAEM e após a análise complexa das diversas medidas beneficiadas dos cidadãos, as respectivas sugestões junto do orçamento financeiro do próximo ano enquanto o apresentar.

Aos 13 de Agosto de 2014.

O Presidente do Conselho de Administração  
Vong Iao Lek